

DOI: 10.70513/saberes-praticas-educacao-infantil.04

Quem são as crianças que chegam na Educação Infantil?

Nádia Jane de Sousa

Introdução

A criação de instâncias públicas para socialização, especialmente com a ampliação do acesso das crianças às creches e pré-escolas no Brasil, com mais força a partir dos anos de 1980, motivadas por mudanças históricas, sociais, culturais e educacionais de relevância, incide no modo de conceber e lidar com a pequena infância¹ até os dias atuais.

Inicialmente marcada por práticas assistencialistas, visando o atendimento à infância pobre, a Educação Infantil brasileira, destinada às crianças de zero a cinco anos, se consolida a partir de modelos educativos distintos, de acordo com a condição social e financeira do grupo assistido; para uns a assistência social, para outros, instituições com propostas pedagógicas, visando a educação das crianças, não tendo como foco a dimensão caritativa.

Tal situação não foi muito diferente no município de João Pessoa/PB, já que no Estado da Paraíba, na década de 1990, as creches ainda estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Ação Social, atendendo as crianças numa perspectiva de guarda e cuidado, enquanto as turmas de pré-escola, que funcionavam em instituições estaduais, municipais, estavam a cargo das respectivas Secretarias de Educação, ocorrendo todo o processo de municipalização da Educação Infantil somente a partir do ano de 2012 (Bezerra, 2019).

Atualmente, a rede municipal de Educação Infantil de João Pessoa é composta por 102 Centros Municipais de Educação Infantil, que atendem crianças desde o berçário

1 Considera-se a pequena infância as crianças que estão entre zero e seis anos de idade (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016).

até a pré-escola, com oferta majoritária de atendimento em tempo integral, especialmente no segmento de creche, além de 40 escolas que ofertam exclusivamente a pré-escola², em sua maioria em regime parcial.

O quadro apresentado nos convida a pensar sobre os sujeitos que são atendidos pela Educação Infantil desse município, suas características, a que territorialidades pertencem, que elementos sociais e culturais partilham. Tais elementos, contudo, não podem ser vistos em separado dos estudos que apresentam a multidimensionalidade que consiste o fenômeno da(s) infância e da(s) criança(s) na contemporaneidade, em suas diferentes perspectivas.

Esse trabalho trata, portanto, de discutir acerca da(s) infância(s) e criança(s) que adentram na Educação Infantil, tema que foi o “abre alas” do Projeto de Formação Continuada junto às professoras e especialistas da rede municipal de João Pessoa/PB, no ano de 2022, período em que se deu início um percurso formativo que atendia a todas as professoras³ e especialistas (nome dado às/aos pedagogas/os que atuam na coordenação pedagógica dos CMEI's e escolas que atendem a pré-escola), desse município.

Para apresentar a temática, o texto será dividido em três partes, que se complementam: primeiramente, discorro, mesmo que de forma breve, acerca de alguns marcos legais que configuram a Educação Infantil no Brasil e na Paraíba, especificamente do município de João Pessoa/PB; na segunda parte do texto, a discussão gira em torno da compreensão de infância(s) e criança(s) abraçadas pelo Projeto de Formação Continuada mencionado; na terceira e última parte apresentamos os desdobramentos das discussões em torno do tema em tela, bem como os desafios postos ao trabalho pedagógico na Educação Infantil de João Pessoa/PB.

A Educação Infantil no Brasil e em João Pessoa/PB: marcos legais

Um conjunto de fatores (industrialização e urbanização, mudanças na configuração familiar, inserção da mulher no mercado de trabalho, estudos científicos sobre a infância etc.), contribuíram para a consolidação do modelo escolar como *locus* da formação humana, e a Educação Infantil em particular, como espaço para guarda e tutela com fins de retirada das crianças da rua e do mundo do trabalho a que estavam submetidas, buscando também aplinar a mortalidade infantil, tão forte à época⁴.

2 Dados de uso interno da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de João Pessoa (SEDEC), através do Sistema EducaSim, plataforma digital da SEDEC.

3 Nesse texto me referirei às docentes no gênero feminino, já que em João Pessoa não há homens atuando como professores na Educação Infantil.

4 Falo especificamente do contexto Europeu, a partir do séc. XVII, que nesse período passa por grandes transformações sociais, econômicas e políticas.

No Brasil, enquanto as primeiras creches surgem com características marcadamente assistencialistas, os jardins de infância, estes, mais direcionado à elite, apresentava uma proposta de cunho educativo. Assim, de acordo com Bezerra (2019, pág. 34),

A construção da identidade das creches e pré-escolas no Brasil insere-se no contexto da história das políticas de atendimento à infância, pautada nas diferenciações de classe social, tendo em vista, que ao longo da história desse segmento educacional, prevaleceu uma política caracterizada pela ausência de investimento público e pela não profissionalização dos docentes para atuarem com a primeira infância.

É assim que, somente a partir da década de 1980, no Brasil, período marcado pela redemocratização do país e com ela, mudanças no cenário, político, social, econômico e educacional, que a Educação Infantil passa a fazer parte dos marcos legais normativos brasileiros, consolidando assim o seu processo de institucionalização.

Dentre os documentos que regem a Educação Infantil no Brasil, destacamos:

1. A Constituição Federal/1988, que afirma ser a Educação um direito da criança e dever do Estado (art. 205) e garante a Educação Infantil, desde bebê até os 5 anos de idade (art. 208);
2. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que no Art. 5º vaticina que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão [...]”;
3. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que define Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e redefinição de creches e pré-escolas;
4. As Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (2009), que orienta e normatiza o trabalho a ser realizado com crianças de zero a cinco anos de idade;
5. A Base Nacional Comum Curricular (2017), que apresenta os direitos de aprendizagem e os campos de experiência, proposta curricular para a Educação Infantil.

Tais documentos, entre outros, servem como referências para a proposição de políticas públicas, mas também para nortear as escolhas pedagógicas, tendo em vista atender aos objetivos propostos de promover condições para contemplar as necessidades sociais, culturais e educativas das crianças em geral, e as que integram a primeira infância em particular.

No Estado da Paraíba, importante destacar dois documentos:

1. O Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE – 2015–2025), que define

metas como a ampliação de matrículas em creches, garantia da universalização da pré-escola, garantia de formação dos profissionais e melhorias nos espaços educativos;

2. As Diretrizes Operacionais e Pedagógicas da Paraíba (SEE-PB – 2019-2022) que apresenta orientações atualizadas em torno de questões como a organização do trabalho pedagógico, rotina e planejamento, registro e avaliação, integração com a BNCC e articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Em João Pessoa, o processo de municipalização das instituições de Educação Infantil, que até então estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Ação Social do Governo do Estado da Paraíba, iniciado em 2006, se efetiva somente em 2012, embora a promulgação da Lei Municipal nº 8.996 tenha ocorrido em 1999. Tal Lei normatiza a responsabilização do poder público municipal a prover políticas públicas para o bom funcionamento das instituições de Educação Infantil, seguindo o que é estabelecido pela LDBEN/1996⁵.

Com a inserção da Educação Infantil no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, em 2007, bem como a adesão à programas do Governo Federal, a exemplo do “Brasil Carinhoso” (MEC, 2012), que visava garantir melhor oferta na Educação Infantil a partir de sua expansão e manutenção de suas instituições, além de outras ações que objetivavam o cuidado integral das crianças atendidas por essa etapa educativa, houve uma expansão significativa das instituições de João Pessoa/PB.

Com a ampliação da oferta, um conjunto de desafios se constituem, especialmente no tocante à diversidade de infâncias e crianças que adentram nas instituições, marcadas por seus contextos econômicos, sociais, culturais etc., demandando esforços para a oferta de uma Educação Infantil que contemple as necessidades educativas da primeira infância. Discutir e refletir sobre as concepções e perspectivas de infância existentes na sociedade contemporânea, foi, portanto, a discussão de onde partiu-se para entender o universo infantil que adentra na rede municipal de João Pessoa.

Concepções de Infância(s) e a(s) criança(s) no Projeto de Formação Continuada: pontapé inicial de um percurso formativo

O Projeto de Formação Continuada intitulado “Saberes e Práticas na/da Educação Infantil, Convênio nº 1582.11.0622, parceria entre a Secretaria de Educação (SEDEC) da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e o Centro de Educação (CE) da Universidade

⁵ De acordo com a LDBEN/1996, em seu art. 11, inciso, V, a responsabilidade pela oferta da Educação Infantil é dos Municípios.

Federal da Paraíba (UFPB), dá-se início no mês de junho do ano de 2022, seguindo até maio de 2023, sendo realizado 09 encontros formativos, um Seminário de Educação Infantil e ainda, em fevereiro de 2023, a participação através de minicursos e palestras, na Jornada de Formação de Educadores Municipais (JOFEM), promovida pela SEDEC/PMJP.

Com o propósito de contribuir com processos de formação dos/as profissionais que atuam na Educação Infantil da Rede Municipal de João Pessoa, “a fim de ampliar e aperfeiçoar seus saberes e práticas necessários para a melhoria do trabalho nessa etapa educativa” (Relatório Final, 2023), os encontros formativos giravam em torno de temáticas centrais para o campo da Educação Infantil, versando sobre: conceitos, caracterização e problematizações acerca da(s) infância(s) e criança(s), o brincar, a rotina, a organização dos espaços, dos tempos, dos materiais e a mediação dos adultos com as crianças, avaliação, documentação pedagógica, transições, planejamento, currículo, direitos de aprendizagem e campos de experiência.

Nesse sentido, o texto se inicia refletindo sobre o conceito de criança como construção social e sujeito de direitos e acerca das práticas pedagógicas demandadas para atender as especificidades da infância contemporânea. Assim, partiu-se dos seguintes questionamentos: Qual é o significado de ser criança nos diferentes tempos históricos, espaços geográficos e nas diferentes culturas? Que valor é atribuído à criança por pessoas de diferentes classes e grupos sociais? Quais as marcas culturais que atravessam as infâncias contemporâneas? Quem são as crianças que chegam na Educação Infantil?

Tais questões não se esgotaram em um único encontro formativo, tornando-se norteadoras de todo o projeto (mesmo que cada temática tivesse suas próprias demandas teóricas e práticas, exigindo diferentes aportes conceituais e metodológicos), servindo de fio condutor dos planejamentos das equipes.

Nessa direção, a apresentação, mesmo que de forma breve, de mudanças sociais e históricas vivenciadas pela humanidade, foi importante para compreender que não há uma única infância e que esta se modifica ao longo do tempo, com marcadores geográficos, sociais e culturais, que determinam as formas de ser e estar criança.

Assim, tais mudanças propiciaram a junção de fatores que contribuíram para o processo de institucionalização da infância, que se constituiu a partir da idade Moderna, com o surgimento das escolas, as mudanças na configuração familiar, os estudos científicos de diferentes áreas do conhecimento, bem como a definição de papéis a serem desempenhados pelas crianças na sociedade (Sarmiento, 2004).

Em outras palavras,

a construção histórica da infância foi o resultado de um processo complexo de produção de representações sobre as crianças, de estruturação de seus cotidianos e mundos de vida e, especialmente, de constituição de organizações sociais para as crianças (Sarmiento, 2004, p. 11).

Na contemporaneidade, as demandas de uma sociedade tecnologizada e midiaticizada, provoca desafios para o trabalho com a primeira infância. Cercadas por Pedagogias culturais, “[...] onde o poder é organizado e difundido, incluindo bibliotecas, TV, cinemas, jornais, revistas, brinquedos, propagandas, videogames, livros, esportes, etc.” (Steinberg E Kincheloe, 2001, p. 15), “[...] as crianças aprendem a ser sujeitos segundo gênero, raça, classe social, idade, entre outros aspectos” (Momo, 2014, p. 13).

Inseridas nesses contextos, que se apresentam diversos e complexos, estão as crianças que chegam na Educação Infantil, aqui tratando especificamente das crianças que residem em João Pessoa/PB, demandando práticas pedagógicas e currículos que contemplem a infância em seu atual contexto histórico, social e cultural, bem como processos formativos que busquem ampliar o repertório das/os profissionais que atuam com esse público infantil, objetivo que acompanhou o projeto de formação abordado, a fim de oferecer à sociedade uma Educação Infantil que tenha a criança como foco, contribuindo assim, para a valorização da infância a partir de seus primeiros anos.

Nesse sentido foi que, a partir do primeiro encontro do projeto formativo, tais questões foram abordadas, objetivando que a escola e os profissionais que nela atua compreendessem a infância:

- a. Como uma construção social e, portanto, cultural, sofrendo transformações ao longo do tempo, na forma como é vista e tratada pela sociedade a qual pertence;
- b. Que não há uma única infância. Ao contrário, esta vai se modificar segundo o lugar que a criança ocupa na sociedade, entre outras variáveis, como gênero, etnia, classe social etc.;
- c. A criança não é um sujeito passivo; ela é ativa, constrói saberes, reinventa ou reelabora aquilo que é veiculado por diversas instâncias sociais (Sousa, 2016, p. 180).

Assim, entendendo que, por sermos sujeitos históricos e culturais, pertencemos à um lugar⁶ e que esse, mesmo reproduzindo aspectos macroestruturais, possui suas próprias marcas, contribuindo para a constituição de determinadas interações sociais que incidem na forma dos indivíduos estarem no mundo em que vivem, nos perguntávamos: como se caracteriza a cidade de João Pessoa/PB? Como nela se insere a pequena infância?

A cidade de João Pessoa/PB: breve caracterização

Considerando os elementos apresentados, reforço a necessidade de considerar os

⁶ Por lugar, entendemos “o cotidiano de cada indivíduo, de cada grupo social, de cada agente do espaço” (Wolter, *et al*, 2024, p. 11).

lugares onde vivem as crianças que adentram os espaços institucionais da Educação Infantil na cidade de João Pessoa/PB, por compreender que a cidade possui diferentes estratos sociais, diversas comunidades de pertencimento, que apresentam marcadores que os identificam.

Situada no ponto mais oriental das Américas, a cidade de João Pessoa, no ano de 2024, tinha cerca de 888 mil habitantes⁷, com sua região metropolitana somando aproximadamente 1,29 milhão de pessoas. Desse contingente, segundo dados do censo de 2022 do IBGE, 55.538 são crianças entre 05 a 09 anos e 53.011 que possuem entre 0 a 4 anos⁸.

De acordo com o site da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, a cidade se divide em catorze regiões, onde estão distribuídos os bairros, comunidades etc., que compõe a malha urbana da capital paraibana. As escolas são organizadas por polos que fazem parte das regiões mencionadas.

Em relação ao atendimento na Educação Infantil, em 2025, de acordo com os dados do censo escolar da Secretaria de Educação (SEDEC), foram registradas 18.105 matrículas, distribuídas em 147 instituições, sendo 100 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), que atendem de forma integral e 47 escolas, que atendem ao público da pré-escola, estas, funcionando de modo parcial.

A cidade possui em seus territórios uma intensa vida cultural, marcada por diferentes manifestações da cultura popular como as tribos indígenas carnavalescas⁹, o maracatu, festas regionais, artesanato, gastronomia, além de um rico patrimônio histórico revelador da História da cidade, quem em 2025 completou 450 anos.

João Pessoa também apresenta grande índice de desigualdade social, com disparidades no acesso a bens e serviços ofertados. A partir de dados obtidos no site do IBGE, é possível afirmar que

João Pessoa ocupa o topo do ranking de desigualdade de renda no Brasil. [...] O índice de Gini da cidade, que mensura a distribuição de renda, alcançou 0,629 em 2023, o mais alto entre as capitais brasileiras. Esse indicador, quanto mais próximo de 1, reflete uma disparidade acentuada entre os rendimentos da população (João Pessoa lidera ranking de desigualdade de renda no Brasil, 2024).

É possível observar a elevada concentração de riqueza, a partir da disparidade de renda entre os grupos sociais. A partir de dados do IBGE, infere-se que:

7 No censo de 2022 a população de João Pessoa contava com 833.932 pessoas. O total apresentado é uma estimativa apresentada pelo IBGE.

8 Não é possível saber o total exato de crianças que possuem idade entre 0 e 6 anos (que compreende a primeira infância) a partir do censo do IBGE/2022, porque os dados apresentados são fracionados entre os grupos etários, de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos.

9 Trata-se de associações carnavalescas existentes nos bairros periféricos da cidade de João Pessoa/PB, que realizam desfiles durante o carnaval da cidade, chamado de “Carnaval Tradição”. Em 2022, o Projeto de Lei N° 3.904 /2022 reconhece as Tribos Indígenas Carnavalescas como patrimônio cultural imaterial do Estado da Paraíba.

A concentração de riqueza em João Pessoa é evidente. O rendimento médio dos 10% mais ricos é de R\$ 26.070, enquanto os 40% mais pobres ganham, em média, R\$ 972 mensais. [...] Em relação à pobreza extrema, cerca de 7,4% da população paraibana vive com menos de R\$ 209 mensais, o que equivale a cerca de 300 mil pessoas. [...] Quando analisados os dados por cor e raça, a desigualdade também é evidente. As pessoas brancas em João Pessoa apresentam uma renda média de R\$ 3.565, mais do que o dobro da renda dos pretos e pardos, que ganham, respectivamente, R\$ 1.414 e R\$ 1.837 (João Pessoa lidera ranking de desigualdade de renda no Brasil, 2024).

Pelo exposto, no exercício de refletir acerca dos desafios postos para o trabalho na Educação Infantil, na tentativa de garantir às crianças o direito ao acesso e permanência nas instituições, ofertando um leque de possibilidades que visem a ampliação de seu universo cultural e seu desenvolvimento pleno, questionamos como as infâncias vividas em João Pessoa, especificamente o público da primeira infância, aportam nas práticas pedagógicas na Educação Infantil.

Assim, nos questionávamos sobre de que maneira os modos de vida e compreensões de mundo dessas crianças incidiam sobre o planejamento da rotina das instituições educativas e sobre quais concepções de Educação Infantil estavam ancoradas, nos pondo questões desafiadoras ao processo de planejamento do projeto de formação em andamento.

Desafios postos ao trabalho pedagógico na Educação Infantil de João Pessoa/PB

São muitos os desafios que envolvem a prática pedagógica na Educação Infantil, a começar da compreensão do que é essa etapa educativa e quais as suas especificidades. Embasadas em Darus e Papudo (2013, p. 155) compreendemos que a Educação Infantil, em seu caráter educativo, deve priorizar “[...] o desenvolvimento integral da criança em suas diferentes e complementares perspectivas, em que ela se integra e participa [...]”, e que ao atender crianças em seus primeiros anos de vida, torna-se espaço importante para sua formação integral.

Com base na compreensão de currículo apresentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), segundo a qual este deve “articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico”, torna-se necessário romper com a histórica separação entre cuidar e educar. Tal dissociação reduz o cuidado a um caráter assistencial, centrado no zelo e na segurança do corpo físico, e o educar a uma função preparatória para

etapas posteriores da Educação Básica, frequentemente marcada pela antecipação de práticas escolares típicas do Ensino Fundamental e pela valorização precoce de processos cognitivos que não são próprios à etapa vivida por bebês e crianças bem pequenas.

No contexto de João Pessoa, esse desafio é ainda mais evidente, considerando o período em que as instituições de Educação Infantil estiveram vinculadas à área da Assistência Social. Esse histórico contribuiu para o enraizamento de uma concepção de educação pautada na guarda e na provisão das condições básicas de cuidado, o que hoje se coloca como um obstáculo a ser superado nos processos formativos e no desenvolvimento de práticas pedagógicas orientadas por outros parâmetros e perspectivas.

Em outra direção, o cuidado é entendido como indissociável ao processo educativo, compondo uma concepção curricular em que as interações e as brincadeiras são os eixos norteadores da prática pedagógica desenvolvida nas instituições educativas, devendo

garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (DCNEI, 2009).

O entendimento de que as crianças se desenvolvem a partir das interações que estabelecem com o seu entorno, ou seja, com o espaço e materiais que dispõem, com as relações que estabelecem com seus pares e com as/os adultos com quem se relacionam, corrobora com a compreensão de Sarmiento (2004), de que as culturas das infâncias se estruturam a partir de quatro eixos, a saber: a ludicidade, a interatividade, a fantasia do real e a reiteração.

Na importância dada ao brincar, às relações com os diferentes sujeitos e situações que permeiam a vida das crianças, aos seus modos próprios de conhecer o mundo, a “[...] não literalidade das crianças com os objetos [...]” (Sarmiento, 2004, p. 27), sua capacidade imagética, além de uma relação própria com o tempo, que “[...] pode ser sempre reiniciado e repetido” (Idem, p. 28), exige-se que as práticas pedagógicas sejam de outra ordem, distante do “trabalho propriamente ‘escolar’, no sentido ‘conteudista’ da aprendizagem” (Buss-Simão; Lessa, 2020, p. 1432).

No dia a dia das instituições, com inúmeras crianças a serem atendidas, muitas vezes em espaços exíguos, tais premissas podem parecer quimeras, já que exigem uma mudança de paradigma, uma compreensão de docência que se distancia da perspectiva de uma/um professora/or que está no centro do processo educativo e que entende que a aprendizagem ocorre a partir da assimilação e repetição de conteúdos por ela/ele determinados. Em outra direção, Barbosa e Gobbato (2002, p. 318) afirmam que,

No trabalho do(a) professor(a) de Educação Infantil, há um fazer que perpassa a responsabilidade na construção de um contexto acolhedor e participativo para a educação e o cuidado das crianças, envolvendo organizar os espaços físicos, pensar os tempos, produzir e selecionar materiais, organizar os percursos e propostas oferecidos aos grupos, em ações que se concretizam, redimensionam-se e ganham vida no encontro com as crianças pequenas. Assim, há também um fazer subjetivo, relacional, composto na postura de um(a) professor(a) disponível e aberto(a) para ser e estar com as crianças, escutar suas teorias e explicações sobre o mundo, compartilhar significados e narrativas, enfim, construir com elas ações de cuidado e educação permeadas de acolhimento.

Considerando os pressupostos apresentados, buscou-se no projeto de formação, dar ênfase ao planejamento pedagógico nessa etapa educativa, já que o mesmo, segundo Ahmad e Werle (2011, p. 14543):

[...]é um elemento fundamental para a estruturação do trabalho pedagógico na Educação Infantil e nas outras etapas de ensino da Educação Básica, pois o mesmo constitui-se em uma ferramenta de trabalho do professor, o qual envolve reflexão crítica sobre a prática e projectualidade da ação docente.

Nesse sentido, o planejamento, deve partir da reflexão do que é oferecido às crianças, do como tem sido realizada as práticas pedagógicas nessa etapa educativa, das formas de distribuição da rotina, seus tempos e espaços, para que o trabalho a ser realizado possa estar permeado por “escolhas e ações pedagógicas, estéticas, políticas, éticas e técnicas” (Barbosa; Gobbato, 2022, pág. 328).

Para que ofereça um leque de possibilidades e experiências a serem vivenciadas com as crianças, faz-se necessário a ampliação do universo cultural e profissional da/o docente que atua na Educação Infantil. Para tanto, a formação continuada se faz necessária, para “favorecer a construção de um repertório pedagógico ampliado e entrelaçado aos modos de compreender os contextos e suas especificidades” (Barbosa; Gobbato, 2022, p. 328).

Esse tem sido o que tem movido o projeto de Formação Continuada “Saberes e Práticas da/na Educação Infantil”.

Considerações finais

Esse texto aponta elementos que justificam escolhas feitas para a realização de um percurso formativo realizado com profissionais (professoras e supervisoras pedagógicas) que atuam nas creches e pré-escolas da rede municipal de João Pessoa/PB. Tal percurso teve como tema inicial a discussão que objetivava compreender as crianças que são atendidas por essa rede de ensino.

Começar por essa temática indica também escolhas epistemológicas que apontam concepções do ser criança, de como nos desenvolvemos e aprendemos, o lugar da brincadeira, da experiência e do cotidiano, que incidem em modos de pensar e fazer práticas pedagógicas direcionadas à primeira infância, público atendido pela Educação Infantil.

Ao longo do texto, buscou-se caracterizar a cidade de João Pessoa, por entender que o lugar em que vivemos é o espaço onde as relações são vividas, onde o cotidiano pulsa, criando modos de ser perpassados pela cultura que se vivencia. Assim, inseridas em contextos de grande desigualdade social, as crianças adentram nos Centros Municipais de Educação Infantil, trazendo experiências e repertórios diversos, sendo necessários compreendê-los, para que perpassem os planejamentos pedagógicos.

Nessa direção, as unidades educativas também se veem confrontadas/os por desafios postos por uma perspectiva de Educação Infantil que tem as dimensões de cuidado e educação como pressupostos do trabalho educativo, compreendendo a criança como centro do planejamento curricular, impelindo à reflexão sobre as compreensões do ser e fazer docentes.

Daí que a necessidade de uma formação continuada se faz presente, possibilitando a discussão acerca do trabalho na Educação Infantil, fundamentado nas interações, na articulação entre cuidado e educação e na valorização das experiências das crianças pequenas.

Referências

AHMAD, Laila Azize Souto; WERLE, Kelly. Planejamento na Educação Infantil: Uma construção mediada pela coordenação pedagógica no Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo. *In: Anais do X Congresso Nacional de Educação – Educere*. Pontifícia Universidade Católica. Curitiba, nov. 2011.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira & GOBBATO, Carolina. A complexidade do “como fazer” na Educação Infantil: implicações para a formação docente na perspectiva da artesanaria. **Debates em Educação**, Maceió, Vol. 14, Nº. Especial; p. 312–331, 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 06/08/2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: CNE/CEB, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 ago. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006. **Altera dispositivos da Constituição Federal e institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm. Acesso em: 06 de ago. de 2025.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 06 de ago. de 2025.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 de set. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Brasil Carinhoso: ações para a ampliação do acesso e da qualidade da Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2012.

BUSS-SIMÃO, Márcia; LESSA, Juliana Schumacker. Um olhar para o(s) corpo(s) das crianças em tempos de pandemia. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1420–1445, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1420>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78165>. Acesso em: 02 set. 2025.

DAROS, Thuinie Medeiros Vilela; PALUDO, Karina Inês. Qual criança? Qual infância? Qual qualidade na Educação Infantil? **Rev. educ. PUC-Camp.**, Campinas, n. 18, v. 2, p. 151-159, maio/ago., 2013.

IBGE. **Panorama: João Pessoa – PB**. Cidades@, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>. Acesso em: 11 de set. de 2025.

IBGE. **Panorama: Paraíba**. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em: 11 de set. de 2025.

João Pessoa lidera ranking de desigualdade de renda no Brasil. Sistema O Norte, João Pessoa, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://www.sistemaonorte.com.br/noticia/joao-pessoa/joao-pessoa-lidera-ranking-de-desigualdade-de-renda-no-brasil.html>. Acesso em 18 set. 2025.

JOÃO PESSOA. **Plano Estadual de Educação da Paraíba: 2015–2025**. Lei nº 10.488, de 23 de junho de 2015. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2015. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br>. Acesso em: 15 de jun. de 2025.

JOÃO PESSOA. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Operacionais e Pedagógicas da Educação da Paraíba: 2019–2022**. João Pessoa: SEE-PB, 2019. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br>. Acesso em: 15 de jun. de 2025.

MOMO, Mariângela. As crianças de hoje não são mais como antigamente! Implicações culturais no mundo contemporâneo para os modos de ser e viver a infância. Rio Grande do Sul, RS. **Textura - Revista de Educação e Letras**, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1243/932>. Acesso em: 20 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Portal de Dados: Escolas**. Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), João Pessoa, [s.d.]. Disponível em: <https://sedec.joaopessoa.pb.gov.br/portal-dados/escolas.html>. Acesso em: 23 de jun. de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Portal Institucional**. João Pessoa: PMJP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/>. Acesso em: 15 de jul. de 2025.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. **Crianças e miúdos: perspectivas socio pedagógicas da infância e educação**. Porto, Portugal: Edições ASA, 2004.

SOUSA. Nádia Jane de. Infância e Mídia: desafios para a educação na contemporaneidade. **Revista Espaço do Currículo**, v.9, n.1, p. 173-181, janeiro a abril de 2016.

STEINBERG, S.; KINCHELOE, J. **Cultura Infantil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WOLTER, A. H.; SILVA, F. G. da; FAGUNDES, J. F. Espaço, território usado e lugar: contribuições do geógrafo brasileiro Milton Santos para o desenvolvimento regional. **Revista Foco**, 17(1), e4240, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n1-145>. Acesso em 14 ago. 2025.